

Mulheres que vivem nas ruas¹

Sandra Duarte de Souza

Mulheres que vivem nas ruas. Até isso espanta. Não porque nos indignemos com a miséria descarada que encontramos no Brasil, mas antes, porque esse não é, tradicionalmente um "espaço de mulher". Exatamente. Não somente a academia, os púlpitos das igrejas e o parlamento se constituem espaço exclusivo de domínio do homem; as ruas também, e eles fazem questão de confirmá-lo.

São mulheres de todas as idades, com histórias as mais diversas. Entrevistamos um grupo de quinze que vive nas proximidades do Viaduto Pedroso, em São Paulo. A maioria delas (onze) saiu de casa na adolescência, tendo sido vítima de abuso sexual por parte do pai, ou do irmão, ou do tio. Três, expulsas porque estavam grávidas, e uma decidiu sair de casa porque "queria saber como era viver na rua".

O ponto é que, agora, estão nas ruas. Como sobreviver à fome, ao frio, à chuva, à violência por parte dos companheiros da rua, dos fiscais da prefeitura e da polícia? Para viver, elas catam e vendem papelão ou esmolam nas ruas de São Paulo. Entretanto, mesmo na miserabilidade, são obrigadas a prestar "favores" sexuais a policiais, para evitar a prisão, e a fiscais, para evitar a apreensão de suas carroças². Além

¹ Entrevistadas: Geni (37), Cláudia (20), Rosângela (26), Marli (42), Jaciara (18), Regina (22), Ivone (43), Luzia (39), Maria das Graças (?), Celita (30), Lúcia (23), Sandra (28), Ana (?), Maria (?).

² Carros-de-mão, por elas construídos, para carregar papelão.

disso, vêm-se diante da constante ameaça de espancamento e estupro por parte dos próprios "companheiros" de rua. Elas estão conscientes de que, nas ruas, o sexo é "moeda de troca".

"O difícil mesmo é evitar a gravidez", afirma uma delas. Todas, sem exceção, sabem a respeito dos métodos anticoncepcionais mais populares, entretanto, não dispõem de meios para consegui-los. Algumas tentaram nas Unidades Básicas de Saúde, mas a resposta era sempre a mesma: "hoje não tem".

Dessa forma, a gravidez é praticamente inevitável. Restam duas alternativas: ter a criança e submetê-la às intempéries da miséria, ou abortar. Grande parte declara preferir a primeira, argumentando que o aborto é um ato criminoso. "Deus não perdoa quem aborta." Entretanto, a maioria já abortou. Alegando ignorância em relação ao seu estado de gravidez, elas tomavam chás abortivos e puxavam a carroça com a barriga. Daí seguia-se uma hemorragia, por elas diagnosticada como "perda do neném". Para essas mulheres, isso é muito diferente da concepção corrente de aborto. Na verdade, elas delimitaram o conceito: "aborto é quando você enfia alguma coisa dentro da vagina para machucar o bebê e pôr ele prá fora. Isso eu nunca fiz."

Algumas poucas assumem haver abortado nesse sentido, ressaltando seu pesar e indignação: "Eu precisei abortar. Era filho de um policial, eu tenho certeza. Mas, e daí? Ninguém quer saber de quem é filho mesmo. Ele não vai assumir mesmo. Eu não tenho condição de criar. Já mandei dois pra FEBEM. Fiz aborto e me machuquei. Tive que ir pro hospital e o médico quase arrancou minhas tripa fora. (...) Não, eu não tenho mais menstruação."³

Esse tipo de depoimento não é raro entre as "mulheres de rua" e outras mulheres que vivem em condições de pobreza similar. Poderíamos imaginar a fala do médico: "Não quis transar? Agora agente."

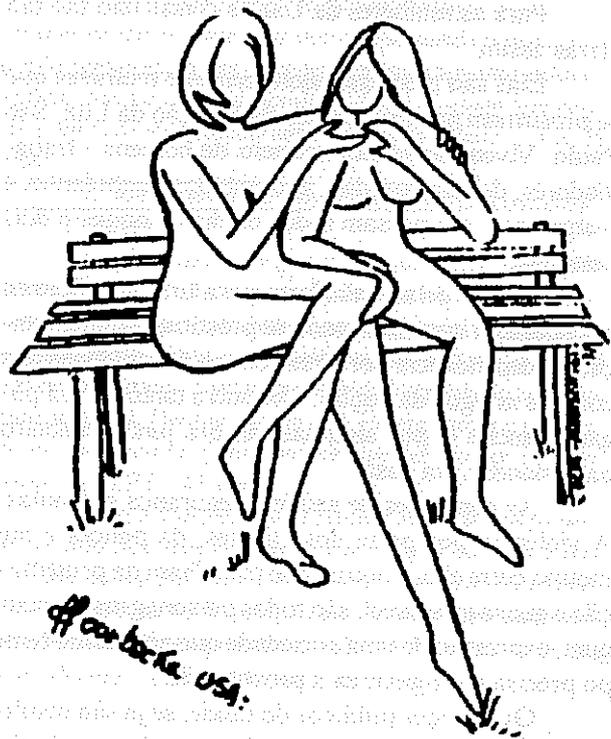
"Eu gosto de transar, e tô morrendo de vontade de tê um filho com meu marido. Mas na rua não dá. A gente tá morando nesse 'mocó'⁴ faz dois mês. Vamo esperá mais um pouco. (...) Eu uso a 'tabelinha'."

Negação do prazer. Imposição de culpa, seguida de punição. Essa é a "lógica" que faz funcionar

os mecanismos de repressão sexual em nossa sociedade.

A maternidade voluntária reclama o reconhecimento de que a mulher tem direito sobre seu próprio corpo. Isso é ponto indiscutível (apesar de contestado por muitos). Entretanto, para decidir sobre a interrupção ou não de uma gravidez ela necessita de condições sócio-político-econômicas propícias. Essas condições concretas não podem ser motivadores principais de tal decisão. Ao invés de legislar sobre nossos corpos, o estado deveria perceber neles motivo para a elaboração e implantação de políticas públicas visando o atendimento à mulher, bem como preocupar-se com esse esquema que permite a existência de um mercado que lucra com a clandestinidade do aborto.

A sociedade é por si só abortiva. O princípio da vida tão reclamado pela igreja, está sendo abortado na miserabilidade. E nós, ainda discutindo as suas picuinhas dogmáticas.



³ Não temos dados concretos, por enquanto, para alegar um possível projeto de esterilização compulsória dessas mulheres, mas ao menos podemos levantar perguntas a esse respeito.

⁴ O mocó é uma pequena habitação construída sob viadutos ou em terrenos baldios, feita com papelão e pedaços de pau.